

# Sant'Anna reúne "moderados" do PMDB para debater parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, disse ontem que começará a reunir informalmente os "moderados" do partido, a partir da próxima terça-feira, em sua casa, para debater várias questões, sendo as principais o parlamentarismo e a manutenção do mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Com isso, o assunto crescerá de importância no Congresso constituinte, podendo tornar-se mais um ponto de divisão entre os "moderados" do PMDB —que tendem a apoiar o parlamentarismo— e a direção Nacional do partido —que prefere o presidencialismo.



Ao mesmo tempo, o senador Leite Chaves (PMDB-PR), 57, disse que já começou a coleta de assinaturas para apresentar uma emenda à atual Constituição, instituindo, já, o sistema parlamentarista no Brasil. Ontem, ele disse que em uma hora de coleta conseguiu apoio de vinte senadores à sua proposta.

A emenda de Leite Chaves, porém, não tramitaria no Congresso constituinte, mas nas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado), onde teria que ter a aprovação

de dois terços de deputados e senadores. Mas tanto Leite Chaves quanto Carlos Sant'Anna deram uma justificativa parecida para a urgência com que querem o parlamentarismo instituído no Brasil.

Sant'Anna quer vincular o debate sobre o regime de governo, na Constituinte, ao debate sobre a duração do mandato do presidente Sarney, que deve ser de seis anos, de acordo com a Constituição em vigor. Segundo Sant'Anna, o parlamentarismo seria uma fórmula "saudável" para resolver, a curto prazo, os dois dilemas básicos da conjuntura política: a definição do mandato do presidente e a continuidade da Aliança Democrática.

Aplicada imediatamente, essa fórmula permitiria que Sarney, como chefe do Estado, continuasse com mandato de seis anos, passando a administração do governo para um primeiro-ministro indicado pelo PMDB (maioria no Congresso). O PFL poderia, portanto, ser oposição ao governo, isto é, ao PMDB, sem ser oposição a Sarney.

Leite Chaves disse ontem que a proposta parlamentarista permitiria manter a autoridade do presidente Sarney, ao mesmo tempo em que garantiria ao PMDB a gestão do governo. Esta seria a fórmula para superar uma crise iminente do atual presidencialismo. "Prevejo turbulências próximas", disse o senador.



O deputado Carlos Sant'Anna

Os líderes do PMDB, porém, reagiram mal a esse debate. O presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães (que é presidencialista), perguntado ontem sobre o que achava do parlamentarismo, foi ríspido: "Eu não acho nada".

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), acha muito difícil aplicar o parlamentarismo no Brasil, que é uma federação, ao contrário da França, da Inglaterra, da Itália e outros países.



O senador Leite Chaves

Cardoso defendeu, no entanto, um "presidencialismo temperado", com fortalecimento dos poderes do Congresso. Essa foi também a opinião do deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que os atuais parlamentaristas acabarão mudando de idéia sobre esse sistema "quando o conhecerem melhor". Segundo ele, a idéia da dissolução do Congresso quando houver crises de gabinete —uma das molas mestras do parlamentarismo— deverá desestimular seus atuais defensores.

## Ordem Econômica envia delegações aos Estados

Da Sucursal de Brasília

A Comissão da Ordem Econômica enviará delegações dos constituintes que a integram (divididos nas subcomissões de Princípios Gerais e Intervenção do Estado, da Questão Urbana e Transportes e de Reforma Agrária) aos Estados, para que verifiquem "in loco" os problemas relacionados aos temas em debate para a elaboração da futura Constituição. Serão visitas a áreas de garimpo, regiões de conflito fundiário, projetos de colonização etc. Além desta missão, o dia de trabalho das comissões e subcomissões do Congresso constituinte, ontem, foi marcado pela falta de quórum nas reuniões das subcomissões, e pela

realização das duas primeiras audiências públicas com entidades.

A primeira delas, às 19h, aconteceu na Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, com a presença de representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Federação Nacional de Arquitetura e Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura. A sessão começou com meia hora de atraso e sem a presença do relator da subcomissão, deputado José Ulisses (PMDB-MG). Os arquitetos entregaram aos constituintes um documento, com quinze páginas, propondo a reforma urbana. A segunda audiência pública, marcada para as 20h30, aconteceu na Subcomissão do Poder Judiciário, com representantes da

Confederação Nacional do Ministério Público.

Com a presença de dezesseis de seus 24 membros, a Subcomissão do Poder Executivo examinou, à noite, duas propostas de roteiro de trabalho, apresentadas por seu relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). Segundo a primeira proposta, mais geral, os constituintes debaterão os temas Formação da Lei, Sistema de Governo e Atribuições e Competência do Presidente da República ou Chefe do Governo. No caso de aprovação do parlamentarismo (que conta com o apoio da maioria da subcomissão, segundo levantamento publicado pela Folha no último sábado), o senador já tem pronto um segundo roteiro, mais específico, que se iniciaria com

o debate sobre a Presidência da República, o Conselho de Ministros e presidente do Conselho de Ministros.

As subcomissões da Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, dos Direitos e Garantias Individuais, e da Educação, Cultura e Esporte, não obtiveram quórum para a instalação dos trabalhos (50% mais um dos integrantes). A subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, apesar da falta de quórum, selecionou oito temas para os debates. Eles serão abertos com a Natureza da Sociedade Conjugal e se encerrarão com o Problema do Idoso, entre a próxima terça-feira e o dia 11 de maio, quando o relator da subcomissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), apresentará seu parecer.

## Plenários têm proposta para "iniciativa popular", PDS impede votação de projeto na Câmara

Da Reportagem Local

Em encontro realizado na semana passada, na Faculdade de Direito da USP (largo de São Francisco, centro paulistano), representantes dos plenários estaduais Pró-Participação Popular na Constituinte decidiram propor ao Congresso constituinte uma emenda que introduza, na nova Carta, instrumentos que permitam maior participação dos eleitores nas decisões do Poder Legislativo. Para isso, as entidades pretendem utilizar a chamada "iniciativa popular", dispositivo previsto no artigo 23 do regimento interno do Congresso constituinte, pelo qual grupos de no mínimo trinta mil cidadãos, com

apoio de três entidades legalmente reconhecidas, podem apresentar emendas constitucionais diretamente às comissões temáticas que preparam a nova Carta.

### Coleta de assinaturas

No próximo dia 1º de maio, os plenários deverão iniciar, em todos os Estados, a coleta de assinaturas para proposição da emenda. Durante a reunião da semana passada, os representantes dos plenários estaduais decidiram realizar nas noites de segunda-feira, também na Faculdade de Direito da USP, encontros com os parlamentares constituintes eleitos por São Paulo.

Izabel Cristina

Da Sucursal de Brasília

Em razão de emenda apresentada pelo PDS, a Câmara dos Deputados adiou ontem a votação de projeto enviado pelo Executivo que facultava às comissões executivas nacionais dos partidos políticos a prorrogação, por um ano, dos atuais mandatos dos dirigentes partidários municipais, regionais e nacionais. Como a próxima sessão ordinária já está comprometida pelos feriados da Semana Santa, o projeto só deverá ser apreciado no dia 27 de abril.

## Passarinho afirma que não há risco de golpe

Da Sucursal de Brasília

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), 67, afirmou ontem, durante discurso dirigido às bancadas governistas no Congresso, que as Forças Armadas estão "coesas" em torno do presidente José Sarney, apoiando suas decisões, e que, por isso, não há risco de um golpe

Há ainda a possibilidade de antecipação desse projeto, com a convocação de sessão extraordinária, logo depois dos feriados. Nessa hipótese, as lideranças do PMDB e do PFL terão de colocar em plenário 244 deputados, quórum mínimo exigido para votações nominais. O PDS já advertiu que obstruirá qualquer votação, com pedidos de verificação de presença, até que o Congresso se reúna para examinar o decreto-lei que criou os depósitos compulsórios.

militar. O senador é coronel da reserva do Exército.

O líder pedessista declarou ainda que estão sendo feitas "relações absurdas" entre a situação atual e o quadro político de 1964, quando os militares destituíram o governo de João Goulart.

Passarinho disse ter feito o discurso "para que o presidente Sarney tenha o respaldo de que precisa".